

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Opinião

Tipo notícia: Artigo

Página: A4

Data de publicação: 26/05/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: Assunto de interesse

Valoração: R\$ 15.739,53

FIEAM SESI SENAI IEL

Chega de sabotagem contra o Potássio do Amazonas

Thomaz Meirelles*As recorrentes travas impostas ao projeto de exploração de potássio em Autazes atingiram o limite do suportável e redesenham um cenário alarmante para o nosso Estado. A recente manifestação do MPF (Ministério Público Federal), contestando a validade da licença concedida pelo Ipaam, é mais um capítulo de uma novela burocrática e ideológica que parece ter como único objetivo condenar o interior do Amazonas ao atraso perpétuo. O tempo para que todas as condicionantes fossem atendidas, para que os estudos fossem refinados e os debates realizados, já passou há muito. O que assistimos hoje não é zelo socioambiental, mas sim um jogo de interesses que estrangula a nossa economia. É preciso dar nome aos bois e expor a hipocrisia internacional que orbita a preservação da nossa floresta. Países como a Noruega e a Alemanha —os maiores financiadores de recursos do Fundo Amazônia —, além de nações como os Estados Unidos e o Reino Unido, que também sinalizam ou realizam aportes milionários, mantêm discursos severos sobre o que podemos ou não fazer em nosso território. Curiosamente, esses mesmos países possuem setores de mineração robustos e altamente lucrativos em suas próprias terras:

- Noruega: Explora intensamente petróleo, gás e minerais em suas águas e territórios, garantindo um dos maiores fundos soberanos do mundo para o bem-estar de seu povo.
- Alemanha: Segue extraindo carvão e diversos minérios industriais para sustentar sua poderosa base manufatureira.
- Estados Unidos e Reino Unido: Possuem uma história de industrialização e exploração mineral agressiva que financia a riqueza que desfrutam hoje.

Para o Brasil e, especificamente, para o Amazonas, esses países enviam recursos carimbados que alimentam uma imensa engrenagem de ONGs e "ongueiros". O resultado prático? Nós não ganhamos absolutamente nada com o chamado "serviço ambiental". O caboclo do interior continua sem perspectiva, assistindo à riqueza bilionária do potássio —essencial para a segurança alimentar do próprio país através dos fertilizantes —ficar enterrada por entraves jurídicos e pressões internacionais travestidas de preservação. Enquanto as licenças entram em xeque, a realidade dentro e fora de Manaus é de absoluto caos. Sem alternativas econômicas de grande porte, o interior do Amazonas sofre com a falta de emprego, infraestrutura precária e ausência de dignidade. Esse isolamento econômico força o êxodo rural, inflando a capital de forma desordenada. Manaus hoje está saturada, sem capacidade de absorver essa mão de obra, gerando um ciclo inevitável de desemprego e miséria na periferia. O desenvolvimento sustentável não pode excluir o ser humano. Destruar as potencialidades minerais e agropecuárias do interior, de forma responsável e técnica, é a única saída para garantir o mínimo de dignidade ao povo do Estado mais preservado do mundo. Quando a Aleam vai agir? Diante de um cenário onde o futuro econômico do Amazonas é colocado em xeque por forças externas e burocráticas, resta uma pergunta incômoda, mas urgente: Quando vai aparecer um parlamentar corajoso na Aleam (Assembleia Legislativa do

Amazonas) para abrir um pedido de CPI e investigar, verdadeiramente, quem está por trás dessas recorrentes travas ao Potássio de Autazes? Já passou da hora do Poder Legislativo estadual exercer seu papel fiscalizador e descobrir quem ganha com a paralisia do nosso desenvolvimento. O povo do Amazonas tem o direito de saber quem nos trava.*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio - ihomaz.meirelles@hotmail.com

ARTIGO



Thomaz Meirelles*

Chega de sabotagem contra o Potássio do Amazonas

As recorrentes travas impostas ao projeto de exploração de potássio em Autazes atingiram o limite do suportável e redesenham um cenário alarmante para o nosso Estado. A recente manifestação do MPF (Ministério Público Federal), contestando a validade da licença concedida pelo Ipaam, é mais um capítulo de uma novela burocrática e ideológica que parece ter como único objetivo condenar o interior do Amazonas ao atraso perpétuo. O tempo para que todas as condicionantes fossem atendidas, para que os estudos fossem refinados e os debates realizados, já passou há muito. O que assistimos hoje não é zelo socioambiental, mas sim um jogo de interesses que estrangula a nossa economia. É preciso dar nome aos bois e expor a hipocrisia internacional que orbita a preservação da nossa floresta. Países como a Noruega e a Alemanha — os maiores financiadores de recursos do Fundo Amazônia —, além de nações como

os Estados Unidos e o Reino Unido, que também sinalizam ou realizam aportes milionários, mantêm discursos severos sobre o que podemos ou não fazer em nosso território. Curiosamente, esses mesmos países possuem setores de mineração robustos e altamente lucrativos em suas próprias terras:

- Noruega: Explora intensamente petróleo, gás e minerais em suas águas e territórios, garantindo um dos maiores fundos soberanos do mundo para o bem-estar de seu povo.

- Alemanha: Segue extraindo carvão e diversos minérios industriais para sustentar sua poderosa base manufatureira.

- Estados Unidos e Reino Unido: Possuem uma história de industrialização e exploração mineral agressiva que financia a riqueza que desfrutam hoje.

Para o Brasil e, especificamente, para o Amazonas, esses países enviam recursos carimbados que ali-

mentam uma imensa engrenagem de ONGs e “ongueiros”. O resultado prático? Nós não ganhamos absolutamente nada com o chamado “serviço ambiental”. O caboclo do interior continua sem perspectiva, assistindo à riqueza bilionária do potássio — essencial para a segurança alimentar do próprio país através dos fertilizantes — ficar enterrada por entraves jurídicos e pressões internacionais travestidas de preservação. Enquanto as licenças entram em xeque, a realidade dentro e fora de Manaus é de absoluto caos. Sem alternativas econômicas de grande porte, o interior do Amazonas sofre com a falta de emprego, infraestrutura precária e ausência de dignidade. Esse isolamento econômico força o êxodo rural, inflando a capital de forma desordenada. Manaus hoje está saturada, sem capacidade de absorver essa mão de obra, gerando um ciclo inevitável de desemprego e miséria na periferia. O desenvolvi-

mento sustentável não pode excluir o ser humano. Destruar as potencialidades minerais e agropecuárias do interior, de forma responsável e técnica, é a única saída para garantir o mínimo de dignidade ao povo do Estado mais preservado do mundo.

Quando a Aleam vai agir?

Diante de um cenário onde o futuro econômico do Amazonas é colocado em xeque por forças externas e burocráticas, resta uma pergunta incômoda, mas urgente: Quando vai aparecer um parlamentar corajoso na Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas) para abrir um pedido de CPI e investigar, verdadeiramente, quem está por trás dessas recorrentes travas ao Potássio de Autazes? Já passou da hora do Poder Legislativo estadual exercer seu papel fiscalizador e descobrir quem ganha com a paralisia do nosso desenvolvimento. O povo do Amazonas tem o direito de saber quem nos trava.

*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio - thomaz.meirelles@hotmail.com

www.jcam.com.br

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impessos/2026/05/26/Ny0yNi0wNS0yMDI2XzA4OjIx.png>